



GÊNERO

MULHERES NEGRAS, MILITÂNCIA POLÍTICA E JUSTIÇA SOCIAL NO BRASIL¹

Kia Lilly Caldwell

University of North Carolina – Chapel Hill

Email: klcaldwe@email.unc.edu

Resumo: Este artigo discute as contribuições políticas e intelectuais de militantes do movimento de mulheres negras no Brasil. A análise enfoca a emergência do movimento de mulheres negras a partir dos anos 1980 e examina o desenvolvimento do movimento, enquanto prática política e crítica social. Esta análise também chama atenção para a importância da militância das mulheres negras na promoção da cidadania plena e justiça social na sociedade brasileira, particularmente durante o processo de democratização.

Palavras-chave: mulheres negras; militância política; justiça social.

O presente artigo analisa a emergência do movimento de mulheres negras no Brasil a partir do início dos anos 1980 e apresenta como questão central a investigação dos meios pelos quais as ativistas deste movimento têm buscado redefinir e expandir normas de democracia e cidadania no país. O ativismo político das mulheres negras, ocorrido durante o período mais recente da transição para o regime democrático no Brasil, teve papel preponderante na elaboração de novos conceitos acerca da desigualdade e justiça; esses conceitos buscavam reestruturar processos históricos de exclusão social, econômica e política. Ao chamarem a atenção para a natureza interseccional das dinâmicas racial, de gênero e de classe, as ativistas negras desafiaram tanto os movimentos sociais progressistas, quanto o Estado para que esses pudessem atender suas demandas específicas concernentes às experiências de vida e identidades sociais das mulheres negras.

As ativistas negras têm desempenhado papel crucial no desenvolvimento de uma crítica – fundamentada na perspectiva de gênero – ao racismo brasileiro, que evidencia os mecanismos pelos quais os discursos e práticas racistas têm implicado na perpetuação das desigualdades sociais contemporâneas; tais discursos e práticas têm ainda atuado como obstáculos à plena extensão da democracia e da cidadania a todos os setores da sociedade brasileira.

¹ Gostaria de agradecer a Karla Slocum, Bayo Holsey, e membros do 2006 Future of Minority Studies Summer Institute pelos comentários acerca das primeiras versões deste artigo.





Uma série de questões-chave tem estruturado e direcionado minha análise acerca do ativismo das mulheres negras no Brasil: a) Como o surgimento dos movimentos de mulheres negras desafia a estrutura organizacional dos movimentos sociais existentes, particularmente, o movimento negro e o movimento de mulheres? b) Como se configuram as especificidades do ativismo das mulheres negras influenciadas pela ideologia brasileira de democracia racial? c) De que forma as mulheres negras ativistas se utilizaram de sua posição social peculiar para teorizar os estudos sobre poder e dominação no Brasil? d) Quais têm sido as contribuições intelectuais e políticas das ativistas no movimento de mulheres negras?

Emergência e constituição do Movimento de Mulheres Negras

Nas últimas décadas, as mulheres negras têm desempenhado papel fundamental no desenvolvimento do movimento negro, do movimento de mulheres, e dos partidos políticos de esquerda, notoriamente no PT (Partido dos Trabalhadores) no Brasil. O movimento de mulheres e o movimento negro surgiram nos anos 1970 em um período no qual o país retomava gradativamente o regime democrático. O Regime Militar que vigorou no Brasil de 1964 a 1985 desencadeou um processo de abertura política que permitiu amplo engajamento de vários setores da sociedade civil. Além disso, o processo de abertura política que se iniciou em 1974 também gerou um aumento de demandas e contestações advindas de grupos socialmente marginalizados e levou ao surgimento de inúmeros movimentos sociais significativos, incluindo o movimento de mulheres e o movimento negro.

Embora as mulheres negras estivessem engajadas no movimento de mulheres brasileiras desde seu início, nos anos 1970, as divergências raciais dentro do movimento produziam em muitas ativistas negras um sentimento de exclusão. Suas reivindicações criticavam a noção universal de identidade feminina, apontando para as raízes coloniais das experiências raciais, de gênero e de subordinação econômica das mulheres negras. As manifestações apontavam, ainda, os caminhos pelos quais raça e gênero têm interagido para produzir a histórica e estruturante exploração sexual das mulheres negras (NASCIMENTO, 1978).

Lélia Gonzalez, uma das primeiras feministas negras brasileiras, segue por esta mesma linha de análise crítica em seu ensaio para o Encontro Nacional de mulheres em 1979. Em suas reflexões para o encontro, Gonzalez observava os meios pelos quais as ativistas no movimento de mulheres negavam a relevância da raça e de seu impacto na vida das mulheres negras (GONZALEZ, 1982). O ensaio de Gonzalez apontava para a existência de divisão racial no movimento de mulheres brasileiras e afirmava que a cumplicidade das mulheres brancas no que se referia à dominação racial gerava nestas uma relutância em reconhecer o racismo como um problema. Suas críticas são particularmente singulares e representam um rompimento, já que elas apontam para o privilégio racial das mulheres brancas sugerindo que estas se





GÊNERO

Kia Lilly Caldwell

beneficiam das construções hegemônicas de raça no país. Gonzalez foi mais além, e criticou as ativistas do movimento de mulheres por ignorarem a exploração sexual vivida pelas mulheres negras, principalmente no que se refere àquelas que trabalham no serviço doméstico. Por fim, a autora chamou a atenção para a necessidade de uma análise que considerasse a inter-relação entre raça, gênero e classe. Como Gonzalez observou:

A exploração da mulher negra enquanto objeto sexual é algo que está muito além do que pensam ou dizem os movimentos feministas brasileiros, geralmente liderados por mulheres da classe média branca. Por exemplo, ainda existem “senhoras” que procuram contratar jovens negras belas para trabalharem em suas casas como domésticas; mas o objetivo principal é o de que seus jovens filhos possam “inciar-se” com elas (GONZALEZ, 1982, p. 99-100).

Enquanto a questão racial produzia divergências dentro do movimento de mulheres brasileiras nos anos 1970, a relação entre raça e gênero era tratada equivocadamente por muitas organizações do movimento negro que começaram a se constituir em meados dos anos 1970.² A fundação do Movimento Negro Unificado (MNU) e de algumas outras organizações, localizadas em grandes centros urbanos brasileiros, durante meados e final dos anos 1970, sinalizavam a emergência de novas respostas políticas para o dilema racial no país. Contudo, as mulheres negras que eram atuantes no movimento negro durante o referido período, freqüentemente, percebiam que suas preocupações relativas às relações de gênero e sexismo não eram adequadamente contempladas no movimento. Embora as mulheres negras desempenhassem papel importante no estabelecimento de muitas das organizações do movimento negro, que se formaram durante este período, e ainda que a presença destas fosse vital para a sobrevivência dessas organizações, elas se depararam com o sexismo dentro de muitos grupos e eram, em geral, relegadas a desempenhar funções auxiliares em vez de ocuparem papéis de liderança. As observações de Luiza Bairros, uma antiga líder do MNU na Bahia e coordenadora nacional do movimento, são úteis para compreendermos algumas das razões possíveis do porquê as mulheres negras não serem vistas como iguais dentro das organizações do movimento negro. Segundo Bairros, a subordinação das mulheres negras dentro do MNU, em particular, podiam ser atribuídas, de um lado, ao fato de seus colegas as virem como competidoras em potencial, e, por outro lado, ao fato de os homens negros terem uma visão de que sua autoridade dentro do movimento deveria ser um espaço imutável (RIBEIRO, 1995).³

Devido ao *status* marginal das mulheres negras, em comparação ao *status* das mulheres brancas e dos homens negros, estas começaram a organizar-se em grupos separados tanto dentro das organizações de mulheres, quanto das organizações do

² A Sociedade para o Intercâmbio Brasil-África (SINBA) e o Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN) foram ambos fundados no Rio de Janeiro nos anos 1970.

³ O comentário de Bairros sobre as políticas de gênero no movimento negro assinalam a prevalência do sexismo e de atitudes patriarcais entre os ativistas negros no Brasil. E ainda aponta para as similaridades da política de gênero entre os movimentos negros no Brasil e os movimentos de direitos civis nos Estados Unidos e o movimento *black power*. Veja, por exemplo, Hooks (1981), Springer (2005) e Wallace (1979).





GÊNERO

Mulheres negras, militância política e justiça social no Brasil

movimento negro, durante os anos 1980. Entretanto, a tentativa dessas mulheres de centralizarem suas necessidades e interesses específicos geravam, com frequência, resistência e levaram a um aumento das tensões dentro de ambos os movimentos. Ao entrevistar em 1997, Fátima Oliveira, uma antiga ativista participante tanto do movimento de mulheres, quanto do movimento negro e do movimento de mulheres negras, comentou sobre a dificuldade inicial que ativistas no movimento de mulheres e no movimento negro apresentavam em compreender a “questão da mulher negra”.⁴ Oliveira observou que as mulheres negras que eram ativas no movimento de mulheres começaram a ter problemas freqüentes quando tentavam trazer a questão de raça para a agenda. Situação similar ocorria quando as mulheres negras tentavam trazer a questão de gênero para dentro do movimento negro.

As reflexões de Oliveira demonstram como as tentativas das mulheres negras de discutir as questões raciais dentro do movimento de mulheres e, por sua vez, de discutir a questão de gênero dentro do movimento negro são vistas como questões problemáticas pelos (as) ativistas de ambos os movimentos. É igualmente importante notar que a maioria das mulheres negras que participavam do movimento de mulheres negras estava envolvida em uma múltipla militância engajando-se em pelo menos um dos seguintes setores: movimento negro, movimento de mulheres negras, partidos políticos e sindicato dos trabalhadores. E ainda, em seus esforços para chamar a atenção para a relação existente entre raça e gênero, as mulheres negras afirmavam veementemente que suas experiências não poderiam ser adequadamente discutidas enfocando-se exclusivamente uma forma de opressão.

Há muitos anos, as ativistas do movimento de mulheres negras vêm avaliando a importância de se reconhecer as especificidades das experiências das mulheres negras, e ainda, os meios pelos quais estas se distinguem das experiências dos homens negros e das mulheres brancas. Como Sueli Carneiro, uma antiga ativista do movimento de mulheres negras e diretora do Geledés, observou:

O casamento entre racismo e sexismo contra as mulheres negras e a ausência de solidariedade entre algumas das feministas e as ativistas negras têm revelado que as vitórias do movimento de mulheres acabam beneficiando as mulheres brancas e, por outro lado, as vitórias do movimento negro tendem a beneficiar os homens negros. Isto tem imposto uma dupla militância para as mulheres negras: a partir de suas próprias perspectivas, elas devem engajar-se nas causas tanto do movimento negro quanto do movimento de mulheres. Porém, para que a dupla militância possa ser significativa, elas precisam criar suas próprias organizações de mulheres negras independentes com o intuito de constituir-se elas mesmas enquanto forças políticas capazes de dialogar em condições iguais com outros movimentos e instituições sociais. A construção das mulheres negras enquanto novos atores sociais tem demandado criatividade no sentido de demarcar uma identidade política que dialoga tanto do ponto de vista das questões das mulheres quanto das questões dos negros. (CARNEIRO, 1999, p. 224)

⁴ Entrevista com Fátima Oliveira, Belo Horizonte, agosto de 1997.





Kia Lilly Caldwell

Assim como Carneiro, as mulheres negras ativistas têm apontado para a inseparabilidade das questões de raça, gênero e classe, num sentido que vai de encontro às conceitualizações acerca da interseccionalidade que têm sido desenvolvidas por e, ao mesmo tempo, sobre mulheres não brancas nos Estados Unidos (COLLINS, 1998; CRENSHAW, 1995). A pesquisadora de direito Kimberlé Crenshaw desenvolveu os conceitos de interseccionalidade política e estrutural para descrever a posição de subalternidade das mulheres não-brancas em relação às mulheres brancas e aos homens não-brancos. O conceito de interseccionalidade é útil para entendermos os meios pelos quais processos interconectados de dominação racial, de gênero e de classe co-constroem as experiências e identidades de mulheres racialmente marginalizadas. Em seu trabalho (1995), Crenshaw formula o conceito de interseccionalidade estrutural com o intuito de descrever como as mulheres afro-americanas, e outras mulheres não-brancas, estão posicionadas dentro de estruturas de dominação interconectadas. Em sua discussão sobre violência doméstica, Crenshaw argumenta que é essencial levar em consideração “a posição interseccional” de mulheres não-brancas, ao considerar o desenvolvimento de políticas e soluções para tratar do desempoderamento político, social e econômico de grupos racialmente dominados (CRENSHAW, 1995, p. 360). Crenshaw também desenvolveu o conceito de interseccionalidade política como um instrumento heurístico que chama a atenção para a posição das mulheres não-brancas em relação às múltiplas preocupações e lutas políticas. A autora utiliza a interseccionalidade política para descrever “a posição das mulheres não-brancas dentro dos imbricados sistemas de subordinação e dentro das margens do feminismo e do anti-racismo” (CRENSHAW, 1995, p. 367).

A crescente dificuldade de ter suas necessidades e interesses reconhecidos por ativistas do movimento de mulheres e do movimento negro levou as mulheres negras a formarem grupos autônomos no início dos anos 1980. Uma das primeiras organizações de mulheres negras, Nzinga – Coletivo de Mulheres Negras, foi fundada no Rio de Janeiro em 1983. O Coletivo de Mulheres Negras em São Paulo foi organizado no início de 1984 em resposta à exclusão das mulheres negras do então Conselho Estadual da Condição Feminina, que havia sido recém-formado naquele ano. É importante notar que, em suas tentativas de garantir representação no Conselho Estadual da Condição Feminina, as integrantes do Coletivo começaram a dialogar com o estado antes dos homens negros ativistas ou do movimento negro em geral (ROLAND, 2000). O Coletivo também desempenhou papel fundamental na construção de laços entre as mulheres negras ativistas por meio da organização do I Encontro Estadual de Mulheres Negras em 1984.

Durante meados e final dos anos 1980, os coletivos e grupos de mulheres negras formaram-se por todo o Brasil. Organizações como o Coletivo de Mulheres Negras da Baixada Santista/Casa de Cultura da Mulher Negra, Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa, Centro de Mulheres de Favela e Periferia, Grupo de Mulheres Negras do Espírito Santo, Maria Mulher, Coletivo de Mulheres Negras de Belo Horizonte/N'zinga, Geledés e Comissão de Mulheres Negras de Campinas surgiram entre 1986 e 1989 nos estados de Minas Gerais, São Paulo, Maranhão, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul (ROLAND, 2000).





GÊNERO

Mulheres negras, militância política e justiça social no Brasil

O I Encontro Estadual de Mulheres Negras ocorreu em 1988, no Centenário da Abolição no Brasil. No boletim do Encontro, ativistas do movimento de mulheres negras expressaram o desejo coletivo de transformar o futuro do Brasil, declarando:

Todas nós, mulheres negras, devemos entender que somos fundamentais neste processo de transformação, reivindicando uma sociedade justa e igualitária onde todas as formas de discriminação sejam erradicadas. [...] Gostaríamos de deixar claro que não é nossa intenção provocar um “racha” nos movimentos sociais, como alguns elementos acusam. Nosso objetivo é que nós, mulheres negras, comecemos a criar nossos próprios referenciais, deixando de olhar o mundo pela ótica do homem, tanto o negro quanto o branco, ou pela da mulher branca. O sentido da expressão criar nossos próprios referenciais é que queremos estar lado a lado com as (os) companheiras(os) na luta pela transformação social, queremos nos tornar portavozes de nossas próprias idéias e necessidades, enfim queremos uma posição de igualdade nessa luta (apud RIBEIRO 1995, p. 450).

Essas declarações assinalavam os esforços do coletivo de mulheres negras para reestruturar a sociedade brasileira em termos mais igualitários. Elas também demonstraram a importância do uso da vantagem singular das mulheres negras como base para criar novas agendas sociais e políticas que poderiam refletir suas preocupações específicas.

As organizações de mulheres negras continuaram a se formar por todo o Brasil durante os anos 1990.⁵ Organizações de mulheres negras tais como o Coletivo de Mulheres Negras do Distrito Federal, Coletivo de Mulheres Negras de Salvador, Criola, Associação de Mulheres Negras (ACMUN, Porto Alegre), Quilombolas, Eleeko-Instituto da Mulher Negra, Associação de Mulheres Negras Obirin Dudu, e Fala Preta! surgiram em Brasília, bem como na Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul entre 1990 e 1997 (ROLAND, 2000). As organizações de mulheres variavam em tamanho e tipo: de pequenos a grandes grupos informais, organizações não-governamentais funcionando com equipes remuneradas e financiadas pela ajuda de agências e contribuidores internacionais. Tal como as ativistas dos direitos das mulheres no Brasil e em outros lugares, ativistas do movimento de mulheres negras têm trabalhado para transformar as identidades e experiências das mulheres negras. Por intermédio das suas organizações, elas têm desenvolvido programas inovadores que buscam tratar e sanar os efeitos causados pela dominação racial, de gênero e de classe desde o nível micro (tais como auto-estima e empoderamento) até o nível macro (a exemplo do Estado, dos sindicatos, partidos políticos outros movimentos sociais). As áreas de concentração em muitas organizações de mulheres negras envolvem questões como auto-estima, identidade pessoal, e relações pessoais tais como trabalho, sexualidade, violência e saúde reprodutiva.

⁵ Veja Safa (2005) para recente discussão sobre organizações autônomas acerca de mulheres indígenas e afrodescendentes na América Latina. Caldwell (2007) também faz uma discussão profunda sobre o desenvolvimento do movimento de mulheres negras no Brasil.





Kia Lilly Caldwell

Embora organizadas coletivamente, as ativistas do movimento de mulheres negras têm procurado desafiar a invisibilidade política e a falta de representação adequada na esfera política. Nas últimas décadas, as mulheres negras brasileiras têm trabalhado para desenvolver uma voz coletiva a nível nacional, bem como no Caribe e América Latina. Desde os anos 1980, o coletivo de mulheres negras organizadas em âmbito nacional tem sido central no desenvolvimento de propostas políticas que se baseiam na intersecção de raça, gênero, e classe. Como foi mencionado anteriormente, ativistas do movimento negro promoveram seu primeiro encontro de âmbito nacional em 1988, seguidos dos encontros que ocorreram em 1991, 1994, 1997, e 2000. As ativistas também participaram dos encontros regionais da Rede de Mulheres Afro-Latino Americanas e Afro-Caribenhas em 1992 e 1995. Esses encontros propiciaram às ativistas do movimento de mulheres negras a oportunidade de identificar inquietações e lutas comuns. Tais períodos de compartilhamento de diálogo e reflexão também possibilitaram às ativistas desse movimento definirem e consolidarem uma voz política coletiva.

Os paradoxos do feminismo negro em uma “democracia racial”

Em muitos sentidos, as experiências das afro-brasileiras em comparação com àquelas dos movimentos de mulheres e movimento negro apresentam similaridades com as experiências de mulheres afrodescendentes em outros países, particularmente nos Estados Unidos e na Inglaterra, onde as inquietações das afrodescendentes têm sido, com frequência, marginalizadas por feministas brancas e homens negros ativistas do movimento anti-racista (CARBY 1983; COLLINS, 2000; CRENSHAW, 1995; HOOKS, 1984). Ao proceder neste caminho, elas precisaram apontar a centralidade de se considerar simultaneamente as questões de raça, gênero, classe, e sexualidade com o intuito de alcançar justiça social e reestruturar as relações sociais no país.

Enquanto enfatizar as semelhanças do ativismo das mulheres negras em distintos contextos nacionais é algo importante, é igualmente essencial enfatizar as especificidades da situação brasileira, particularmente em relação aos discursos dominantes sobre raça e nação, e as lutas contínuas das mulheres negras para alcançar a plena cidadania e democracia no país. De muitas formas, as ativistas em movimentos de mulheres negras no Brasil têm enfrentado a difícil tarefa de apontar as desigualdades raciais e as formas racializadas de discriminação em uma sociedade que tem, veementemente, negado o papel do racismo de moldar as estruturas sociais, econômicas, e políticas. A ideologia brasileira da democracia racial tem também desempenhado um papel fundamental no que se refere a influenciar a interação entre mulheres brancas e negras e tem fornecido as bases para as desculpas das mulheres brancas em não discutir seus privilégios raciais ou cumplicidade com a dominação racial.⁶

⁶ As crenças dos brancos liberais na democracia racial no Brasil apresentam importantes similaridades com os discursos da cegueira racial norte-americana. Veja o trabalho de Frankenberg (1993) sobre uma discussão das feministas brancas e a cegueira racial no contexto norte-americano.





GÊNERO

Mulheres negras, militância política e justiça social no Brasil

Uma análise crítica dos discursos brasileiros sobre raça e nação é essencial para a compreensão das particularidades culturais e sociais do racismo no país. Desde a obra *Casa Grande e Senzala* de Gilberto Freire, em 1933, o Brasil tem sido representado como uma “democracia racial” em discursos oficiais e populares, tanto nacional quanto internacionalmente.⁷ As noções brasileiras de democracia racial têm, primeiramente, se baseado na ausência da segregação e discriminação raciais legalmente institucionalizadas no país. Para além dessa questão, a alta incidência de miscigenação racial, tanto no passado quanto no presente, tem ainda sido apontada como prova da harmonia racial.

Em décadas recentes, um número cada vez maior de pesquisadores e ativistas negros têm criticado a democracia racial brasileira enquanto uma ideologia dominante e também um mito que nega a existência do racismo e da discriminação racial no país. Numa crítica crucial à ideologia da democracia racial, a pesquisadora, ativista e feminista negra Lélia Gonzalez afirmou que:

A noção de democracia racial, desenvolvida por Gilberto Freire em 1930, tem constituído o imaginário público e oficial desta identidade [negra]. De acordo com esta perspectiva, os negros são cidadãos como qualquer outro, assim como, não são também objetos de preconceito e discriminação. As imagens brasileiras do carnaval e do futebol são extensivamente utilizadas (especialmente in termos globais) como “prova concreta” da “harmonia racial” brasileira. O que predomina na “democracia racial” é o “preconceito em não se admitir que existe preconceito” (GONZALEZ, 1995, p. 313, grifos do autor).

Os comentários de Lélia Gonzalez associam os discursos dominantes sobre identidade racial a questões de cidadania e enfatizam as formas pelas quais a ideologia da democracia racial tem servido para obscurecer os processos racializados de exclusão social e política. Sua crítica à democracia racial também sinaliza as formas pelas quais a auto-rejeição individual e coletiva das crenças e práticas racistas perpetuam as desigualdades raciais no país.

Gênero, raça e as políticas públicas

Nas últimas décadas, as mulheres negras brasileiras têm engajado-se na prática em *advocacy* na área de políticas públicas nacional e internacionalmente. No início dos anos 1990, ativistas do movimento de mulheres negras passaram a demandar que as organizações do movimento social, legisladores, sindicatos e partidos políticos reconhecessem a relação entre gênero, raça e classe no desenvolvimento de políticas e iniciativas que tratem das questões de desigualdade racial e de discriminação. Esses esforços exemplificam as tentativas dessas ativistas de promover transformação social a nível macro que leve em conta as necessidades e experiências das mulheres negras.

⁷ As análises do sociólogo e historiador social brasileiro Gilberto Freyre desempenharam um papel central na consolidação da democracia racial enquanto imaginário dominante da raça e identidade nacional no país. Veja, por exemplo, Freire (1933).





GÊNERO

Kia Lilly Caldwell

Ativistas do movimento de mulheres negras participaram da Conferência Mundial de Populações das Nações Unidas, em 1994, utilizando a conferência como um catalisador para o desenvolvimento de uma agenda que refletisse seus interesses específicos em termos de direitos reprodutivos. Em prol da preparação para esta Conferência Mundial, a organização de mulheres negras Geledes organizou um Seminário Nacional sobre Direitos e Políticas Reprodutivas da Mulher Negra. Este evento histórico ocorreu em agosto de 1993 e reuniu participantes do movimento de mulheres negras, do movimento negro, do movimento de mulheres, de centros de pesquisa, e do setor de saúde. As discussões trabalhadas neste seminário resultaram na subsequente publicação da *Declaração da Itapeçerica da Serra das Mulheres Negras*, a qual representou um documento político que delineava questões e propostas centrais acerca da saúde e direitos reprodutivos das mulheres negras. Este documento crucial deu voz às aspirações, há muito silenciadas, em favor da autonomia reprodutiva e de um sistema de saúde capaz de promover e garantir a equidade.

Enquanto um número significativo de questões sociais afeta a vida das mulheres negras no dia-a-dia, o direito à saúde e o direito reprodutivo têm um impacto especialmente profundo no bem-estar e sobrevivência deste segmento. As lutas contemporâneas das mulheres negras pela autonomia reprodutiva podem ser traçadas a partir da subordinação racial, de gênero e classe, que negava o controle das mulheres escravas sobre seus corpos e sexualidade (veja GIACOMINI, 1988). Nas últimas décadas um número crescente de mulheres negras ativistas na área de saúde tem chamado a atenção para as formas como os altos índices de esterilização feminina refletem processos de desigualdades racial, de gênero e de classe. Desde 1980, ativistas do movimento de mulheres negras têm avaliado que a promoção dos métodos de controle não reversíveis, a exemplo da esterilização feminina, tem grande impacto sobre as mulheres empobrecidas, muitas das quais são afro-brasileiras. Ativistas do movimento de mulheres negras têm apontado, ainda, para a alta incidência de esterilização feminina entre as mulheres no nordeste do Brasil, uma região onde as afro-brasileiras constituem a maioria da população (ROLAND, 1999).⁸

A saúde reprodutiva e a saúde racial/étnica têm sido alvo das ativistas do movimento de mulheres negras enquanto áreas-chave da política que impactam as chances de vida e o bem-estar das mulheres negras no país. Iniciativas políticas centralizadas em situações que são objeto de grande preocupação em saúde, tal como a esterilização feminina, refletem o compromisso das ativistas de assegurar que as mulheres negras sejam capazes de gozar de plena integridade física e autonomia reprodutiva. Para além disso, as ativistas no movimento de mulheres negras têm-se utilizado da luta pelos direitos reprodutivos como parte de esforços mais amplos na tarefa de reconceitualização da correlação entre gênero, raça, classe, e cidadania.

⁸ Até os últimos anos, as denúncias das ativistas de que as mulheres negras eram alvo de controle populacional eram difíceis de serem provadas, dado que o governo brasileiro falhava em computar, na tabulação dos dados sobre saúde, os dados por raça/cor.



GÊNERO

Mulheres negras, militância política e justiça social no Brasil

Seguidamente à participação na Conferência Mundial de Populações das Nações Unidas, em 1994, as ativistas do movimento de mulheres negras demonstraram um grande amadurecimento no que tange à familiaridade referente ao processo de *advocacy* no campo da política pelas suas participações na Conferência de Mulheres das Nações Unidas, em 1995, que ocorreu em Beijing, na China.⁹ Como resultado do envolvimento das mulheres negras no processo preparatório da Conferência Mundial das Mulheres, a questão da raça foi incluída tanto na Declaração das Mulheres Brasileiras, que foi preparada pelo movimento de mulheres brasileiras, quanto no documento oficial preparado pelo nosso governo. A Declaração das Mulheres Brasileiras surge como uma das primeiras formas de reconhecimento oficial por parte das integrantes do movimento de mulheres acerca do impacto do racismo sobre as experiências das mulheres. Mais do que isso, a inclusão da raça neste documento evidencia a influência que o coletivo de mulheres negras começou a exercer sobre o movimento de mulheres em geral durante os anos 1990 no Brasil (ROLAND, 2000).

Nas últimas décadas, o crescimento notório do número de organizações de mulheres negras e o crescente envolvimento dessas mulheres em *advocacy* no campo político têm, ambos, refletido e contribuído para o crescimento da efetividade do movimento de mulheres negras enquanto força política autônoma. Enquanto durante os anos 1980 as mulheres negras ativistas lutavam para ganhar legitimidade em relação ao movimento de mulheres e também em relação ao movimento negro, em meados dos anos 1990 crescia o reconhecimento do movimento de mulheres negras enquanto um importante ator político.

Em 2000, constatava-se a existência de dezenas de organizações de mulheres negras localizadas em vários estados brasileiros. Durante os eventos, organizados por entidades do movimento negro como preparação para a conferência de Durban, essas organizações assinalavam, nas discussões, a intersecção de raça e gênero e as especificidades das experiências das mulheres negras (OLIVEIRA; SANT'ANNA, 2003). Quando o processo preparatório para a conferência de Durban estava ocorrendo, já havia um número de ativistas do movimento de mulheres negras familiarizadas com o processo de *advocacy* político, fator que deve ser atribuído à atuação política dessas mulheres no processo preparatório para a Conferência das Nações Unidas.¹⁰ Essas ativistas receberam a tarefa de desempenhar papel de liderança no que se refere a influenciar a agenda da conferência em favor das organizações negras brasileiras durante a preparação para a conferência de Durban. As demandas das mulheres negras também ganharam grande visibilidade por intermédio da liderança das organizações de mulheres negras durante esse processo de preparação. Em 2000 e 2001, duas associações líderes nacionais de mulheres, a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) e a Rede Feminista de Saúde (RedeSaúde), produziram extensa pu-

⁹ Consulte Alvarez (2000) para a discussão sobre o papel da política de *advocacy* no movimento de mulheres em geral na América Latina.

¹⁰ Jurema Werneck, da ONG Criola, tem criticado a invisibilidade das mulheres negras no processo das Nações Unidas em relação à III Conferência Mundial contra o Racismo. Veja Werneck (2003).





Kia Lilly Caldwell

blicação focalizando as mulheres negras.¹¹ Essas publicações evidenciavam o crescente reconhecimento das questões das mulheres negras dentro do amplo movimento de mulheres no Brasil.

O processo preparatório para a Conferência de Durban, em 2001, foi um momento marcante na consolidação desse movimento. Um dos mais importantes resultados de tal processo preparatório foi a formação da Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB), em 2000. Um encontro nacional dessas mulheres ocorreu em setembro de 2000, e, neste período, a secretaria executiva da AMNB foi incumbida de produzir um documento que congregasse todas as informações e propostas existentes e relevantes para a luta das mulheres negras desenvolvidas no campo da política pública. O documento *Nós, Mulheres Negras* foi publicado em seguida pela Articulação de Mulheres Negras Brasileiras e foi sancionado por 30 entidades representantes do movimento de mulheres negras e do movimento de mulheres no país. Foram publicadas versões em português, inglês e espanhol e cópias deste documento foram apresentadas a representantes governamentais e não-governamentais de todos os países que participaram da conferência de Durban.

Nós, Mulheres Negras constitui-se numa fonte importante para compreender as aspirações e os objetivos das ativistas do movimento de mulheres negras, particularmente na forma como estes se referem ao desenvolvimento político. Esse relatório merece especial atenção, posto que ele oferece uma das análises mais completas e profundas acerca do *status* das mulheres negras jamais encontradas em outros documentos publicados pelo movimento de mulheres negras até aquele momento. Um extenso número de questões relevantes para as experiências das mulheres negras foi contemplado nas 52 páginas do relatório de Durban, incluindo temas como expectativa de vida, trabalho, educação, violência, sexualidade, mídia e saúde. Esse documento continha, ainda, propostas a respeito de todas essas áreas e discutia a relevância delas à luz de acordos internacionais, declarações das Nações Unidas e da política interna brasileira. O nível de detalhamento encontrado nesse documento e seu engajamento com questões políticas substantivas assinalam sua relevância enquanto texto político que busca estruturar as questões das mulheres negras de forma que possam reverberar tanto entre as autoridades brasileiras quanto entre as de outros países presentes na conferência de Durban. A natureza detalhada do relatório de Durban sugere, ainda, que as ativistas do movimento de mulheres negras tinham desenvolvido uma abordagem mais sofisticada para o desenvolvimento político ao longo dos anos, dado que a *Declaração de Itapeirica da Serra* foi publicada em 1993, em preparação para a Conferência Mundial de Populações das Nações Unidas.

¹¹ Estas publicações podem ser encontradas na Articulação de Mulheres Brasileiras (2001) e na edição de novembro de 2000 do *Jornal da RedeSaude*. Oliveira e Sant'anna (2002) discutem o envolvimento da Articulação de Mulheres Brasileiras no processo preparatório para III Conferência Mundial contra o Racismo.



GÊNERO

Mulheres negras, militância política e justiça social no Brasil

Ao fornecer evidências estatísticas acerca do *status* desfavorável das mulheres negras dentro da sociedade brasileira, o documento de Durban buscou desafiar o histórico silêncio do governo brasileiro em relação à discriminação experimentada pelas mulheres negras. Como Nilza Iraci, integrante de Geledes, observou em entrevista publicada em *O Tempo* em julho de 2001,

Sempre que vamos ao exterior, ouvimos que a tal democracia racial existe e que no nosso país não tem racismo. Quando colocamos a realidade das mulheres negras, sempre há uma desconfiança de estarmos falando dos fatos com exagero. Com esse documento mostramos que não trabalhamos com “vitimismo”, mas com dados da realidade.

O relatório de Durban reflete o entendimento das ativistas quanto à relevância do processo das Nações Unidas para o desenvolvimento da política e da promoção das mudanças culturais progressivas a nível nacional.¹² Ativistas do movimento de mulheres negras esperavam que o documento acerca de seu *status* pudesse ser utilizado prontamente pelo governo brasileiro para unificar sua prática com o seu discurso, sobretudo no que se refere ao racismo, e para reconhecer as dificuldades das mulheres negras dentro das arenas internacionais.¹³ O documento de Durban era também visto pelas ativistas negras como um instrumento que poderia ser utilizado pela delegação oficial e por membros da sociedade civil brasileira na conferência mundial contra o racismo em suas negociações na área de políticas públicas específicas tanto a nível estadual quanto nacional (ALMEIDA, 2001). Contudo, a despeito da crença das ativistas no potencial de seus esforços para transformar a política de governo, elas expressaram na publicação *Nós, Mulheres Negras* um certo pessimismo sobre as Nações Unidas. Como o documento observa,

Todavia, precisamos entender e nunca esquecer que a ONU é um centro de poder composto pelos mesmos governos que histórica e cotidianamente têm “lavado as mãos” para questões como sexismo, racismo, xenofobia e demais formas de intolerância e exploração de classe. Nunca é demais lembrar que, na ONU, sentam-se em volta da mesma mesa culpados e vítimas, isto é governos exploradores e explorados que, às vezes, sem muitas e nem maiores contradições do ponto de vista dos interesses políticos de cada um, estabelecem acordos, que nem sempre primam pela “santidade”, contra os anseios e as necessidades de dignidade e liberdade dos povos e setores da sociedade em luta. Eis um desenho do cenário do jogo que nos dispusemos a participar (ARTICULAÇÃO DE MULHERES NEGRAS BRASILEIRAS, 2001, p. 7).

Após o reconhecimento das dinâmicas de poder e das limitações associadas aos processos das Nações Unidas, o documento de Durban declara ainda que:

¹² Alvarez (2000) discute a perspectiva das feministas latino-americanas nas redes de *advocacy* transnacional e nas formadas no processo das Nações Unidas em termos do desenvolvimento da política de conscientização de gênero e as mudanças culturais mais amplas.

¹³ A revista publicou um dossiê sobre a III Conferência Mundial Contra O Racismo em 2002. Este dossiê contém artigos escritos por várias militantes do movimento de mulheres negras e um documento escrito por Kimberlé Crenshaw para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos à questão de gênero.





Kia Lilly Caldwell

A inclusão de nossas necessidades e demandas em documentos internacionais não pode ser traduzida em mudanças imediatas em nossa vida, ou mesmo no decorrer de um longo período, mas isso significa um grande avanço para nossa luta. Não há nada como participar ativamente de um processo preparatório e se tornar uma presença viva nos corredores das Nações Unidas, pressionando para que nossas necessidades sejam levadas em consideração em Acordos, Tratados, Convenções, Declarações, Plataformas de Ação e outros instrumentos internacionais de proteção de direitos humanos. É inegavelmente parte de nossa moral, obrigação política e ética participar das Conferências Mundiais das Nações Unidas e outros fóruns similares que discutam questões de nosso interesse (ARTICULAÇÃO DE MULHERES NEGRAS BRASILEIRAS, 2001, p. 7).

Privilégio epistêmico e posição social

Enquanto o ativismo das mulheres negras tem raramente sido objeto da pesquisa acadêmica no Brasil, a praxis intelectual e política das ativistas negras serve como fonte significativa para a compreensão do *status* das mulheres negras em relação às estruturas sociais mais amplas. Nesta seção, procuro explorar o significado intelectual e político do ativismo das mulheres negras com o intuito de enfatizar como as ativistas, a partir de suas posições sociais específicas, têm desafiado as estruturas de dominação existentes por meio do desenvolvimento de críticas sociais e políticas. Ao seguir por este caminho, gostaria de propor uma mudança na forma de análise das críticas políticas e produção escrita das mulheres negras ativistas enquanto uma alternativa para pesquisas que, de fato, pretendam analisar seus ativismos políticos e trabalhos escritos como intervenções intelectuais importantes.¹⁴

O trabalho da socióloga negra norte-americana Patricia Hill Collins (2000) focado no pensamento feminista negro nos Estados Unidos é útil para examinar o significado teórico e político do ativismo das mulheres negras no Brasil. A análise de Collins apresenta uma visão das intelectuais negras que valoriza as contribuições intelectuais de mulheres que não fazem parte da academia. Ao fazer isso, Collins oferece uma importante contribuição para a correção de noções dominantes que afirmam que intelectuais são, necessariamente, acadêmicos. Em sua descrição do contexto norte-americano, Collins observa que as mulheres negras que estão fora da academia “têm tradicionalmente atuado como intelectuais representando os interesses das mulheres negras enquanto grupos” (COLLINS, 2000, p.18). Esta definição alternativa de intelectuais negras é central para a estrutura analítica que Collins desenvolve para descrever e analisar o pensamento das mulheres negras nos Estados Unidos. A autora também trabalha com a teoria *standpoint* (“teoria do ponto de vista”) como

¹⁴ As ativistas no movimento de mulheres negras têm produzido várias publicações sobre organizações individuais e movimentos mais gerais. As publicações têm tomado forma de revistas, boletins e cadernos publicados por organizações tais como Geledés, Casa da Cultura da Mulher Negra e Maria Mulher, bem como artigos em jornais e em publicações de pesquisa e livros. Várias ativistas do movimento de mulheres negras têm, ainda, publicado livros individuais, em co-autoria e em coletâneas. Os trabalhos escritos das ativistas negras têm sido um importante meio para documentar o desenvolvimento do movimento de mulheres negras e refletir sobre as mudanças e realizações do movimento.



GÊNERO

Mulheres negras, militância política e justiça social no Brasil

base para argumentar que as mulheres negras ocupam uma posição social singular enquanto pessoas que desempenham posição ambígua por encontrar-se simultaneamente dentro e fora de uma dada estrutura, local, ou situação (“outsiders-within”) na sociedade norte-americana; tais posições oferecem percepções alternativas acerca das dinâmicas sociais no país.

Abordagens realísticas acerca da identidade, tais quais as elaboradas nos trabalhos de pesquisadores residentes nos Estados Unidos, como Paula Moya, Michael Hames-García, e Satya Mohanty,¹⁵ são também úteis na investigação de como o posicionamento das mulheres afro-brasileiras dentro das estruturas sociais, econômicas e políticas podem fornecer privilégios epistêmicos para a compreensão das dinâmicas de raça, gênero, classe e poder no país. Em seu trabalho sobre minorias étnicas nos Estados Unidos, Moya (2000) utiliza o termo *privilégio epistêmico* (*epistemic privilege*) para referir-se a “uma vantagem especial no que diz respeito ao conhecimento adquirido sobre como aspectos fundamentais de nossa sociedade (tais como raça, classe, gênero e sexualidade) operam para manter matrizes de poder” (p. 38). Moya argumenta que:

A chave para demandar privilégio epistêmico no caso de pessoas que têm sido oprimidas de uma forma particular a partir do reconhecimento de que elas têm experiências – experiências de que pessoas que não são oprimidas da mesma forma, freqüentemente, carecem – que podem fornecer-lhes informações as quais todos nós precisamos compreender de como as hierarquias de raça, classe, gênero e sexualidade operam para manter regimes existentes de poder em nossa sociedade. (MOYA 2002, p. 38)

A noção de uma “teoria vivenciada no corpo” (*theory in the flesh*), desenvolvida originalmente pela feminista chicana¹⁶ Cherríe Moraga, é central para o conceito de privilégio epistêmico de Moya. Como Cherríe Moraga e Gloria Anzaldúa afirmaram no livro *This Bridge Called My Back: Writings by Radical Women of Color*, a “‘theory in the flesh’ é aquela em que todas as realidades físicas de nossa vida – nossa cor de pele, o lugar onde nascemos, nossos desejos sexuais – se fundem para criar um nascimento político imprevisto” (MORAGA; ANZALDÚA, 1983, p. 23). Moya usa as percepções conceituais de Moraga para estruturar sua visão acerca da relação entre posição social, experiência e produção teórica, particularmente por aquelas pessoas que fazem parte de grupos marginalizados. O conceito de privilégio epistêmico de Moya liga essas diferentes áreas, apontando as formas pelas quais a posição social influencia a experiência e como as interpretações das experiências podem, embora não automaticamente, produzir privilégios epistêmicos.

O trabalho de Chandra Mohanty (2001) também enfatiza as percepções conceituais que podem ser adquiridas por meio da análise de efeitos epistêmicos

¹⁵ Veja, por exemplo, os ensaios editados por Moya e Hames-García (2000); Alcoff et al. (2006).

¹⁶ O termo “chicana” refere-se às mulheres de ascendência Mexicana que vivem nos Estados Unidos. Durante os anos 1960, militantes do movimento chicano/a começaram a identificar-se com essa nova identidade política.





Kia Lilly Caldwell

de posições sociais. Mohanty argumenta em favor da importância em se focar “as vidas e interesses de comunidades de mulheres marginalizadas” com o intuito de “acessar e tornar visível os mecanismos de funcionamento do poder – para examinar o nível de privilégio” (MOHANTY, 2001, p. 231). A noção de Mohanty de examinar “o nível de privilégio” força pesquisadoras feministas a considerarem seriamente as experiências cotidianas de mulheres marginalizadas. Para além disso, tal perspectiva de análise demanda a valorização de formas nas quais mulheres marginalizadas desenvolvem teorias e práxis políticas a partir de suas posições sociais específicas que contestem paradigmas dominantes, práticas, e estruturas de poder.

Minha opinião sobre o papel do ativismo no desenvolvimento de perspectivas críticas das mulheres negras acerca de relações sociais dominantes reverbera com a crença do crítico literário Satya Mohanty de que as políticas baseadas na questão de identidade são, com frequência, “um primeiro passo necessário para se conhecer um obscuro sistema de opressão social e cultural (MOHANTY, S., 2000, p. 63). Seguindo uma linha de raciocínio semelhante, análises recentes da feminista e socióloga Sandra Harding chamam a atenção para o papel da luta política na produção de

um tipo de consciência de grupo – subjetividade – que pode produzir as informações e percepções conceituais que grupos oprimidos precisam e buscam...Tal luta ajuda a trazer à tona e fortalecer um tipo de consciência de um dado grupo por meio de suas próprias estruturas (HARDING, 2006, p. 253).

Conclusão

A posição social das mulheres afro-brasileiras em uma junção de processos correlacionados de dominação de gênero, raça e classe fornece a este grupo uma vantagem singular apontada a partir de experiências, pontos de vista e críticas das práticas cotidianas de discriminação e exclusão. Em décadas recentes, ativistas do movimento de mulheres negras têm tomado para si o desafio de contestar discursos dominantes sobre democracia racial e *mestiçagem* por intermédio da análise de suas experiências individuais e coletivas relacionadas à opressão de raça, gênero, e classe. Tanto a práxis política quanto a produção escrita das ativistas do movimento de mulheres negras têm sido instrumentos no desenvolvimento de análises e críticas sobre o *status* das mulheres negras no Brasil e para a proposição de modelos alternativos de relações sociais que buscam alcançar justiça racial, de gênero e econômica.

Abstract: This article discusses the political and intellectual contributions of activists in the Brazilian black women's movement. The



GÊNERO

Mulheres negras, militância política e justiça social no Brasil

analysis focuses on the emergence of the black women's movement beginning in the 1980s and examines the movement's development, in terms of political praxis and social critique. This analysis also calls attention to the importance of black women's activism in promoting full citizenship and social justice in Brazilian society, particularly during the democratization process.

Keywords: black women; political activism; social justice.

(Recebido em julho de 2007 e aceito para publicação em agosto de 2007).

Referências

ALMEIDA, Eliana Fonseca. Mulheres documentam o racismo no Brasil. *O Tempo*, [S.l.], v. 4, jul. 2001.

ALCOFF, L.M. et al. (Ed.). *Identity politics reconsidered*. New York: Palgrave Macmillan, 2006.

ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS. *Mulheres negras: um retrato de discriminação racial no Brasil*. Brasília, DF, 2001a.

ARTICULAÇÃO DE MULHERES NEGRAS BRASILEIRAS. *Nós, mulheres negras*. Brasília, DF, 2001b.

CALDWELL, K.L. *Negras in Brazil: re-envisioning black women, citizenship, and the politics of identity*. New Brunswick, NJ: Rutgers University Press, 2007.

CARBY, H.V. White Women listen! black feminism and the boundaries of sisterhood. In: CENTRE FOR CONTEMPORARY CULTURAL STUDIES. *The empire strikes back*. London: Hutchinson, 1983.

CARNEIRO, S. Black women's identity in Brazil. In: REICHMANN, R. *Race in contemporary Brazil: from indifference to inequality*. University Park, PA: Pennsylvania State University Press, 1999.

COLLINS, P.H. *Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. New York: Routledge, 2000.

_____. *Fighting words: black women and the search for justice*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1998.

CRENSHAW, K. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory, and antiracist politics. In: _____. et al. *Critical race theory: the key writings that formed the movement*. New York: New Press, 1995. p. 357-383.

FREYRE, G. *Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt, 1933.

GONZALEZ, L. A mulher negra na sociedade brasileira. In: LUZ, M. *O lugar da mulher*.

68 Niterói, v. 8, n. 1, p. 53-69 2. sem. 2007





Kia Lilly Caldwell

Rio de Janeiro: Graal, 1982.

GONZALEZ, L. The black woman in Brazil. In: MOORE, C.; SAUNDERS, T.R.; MOORE, S. *African presence in the Americas*. Trenton, NJ: Africa World Press, 1995.

HAMES-GARCÍA, M. "Who are our own people?": challenges for a theory of social identity. In: MOYA, P; HAMES-GARCÍA, M. *Reclaiming identity: realist theory and the predicament of postmodernism*. Berkeley: University of California Press, 2000.

HARDING, SANDRA. Transformation vs. resistance identity projects: epistemological resources for social justice movements. In: ALCOFF, L. M. et al. *Identity politics re-considered*. New York: Palgrave Macmillan, 2006.

HOOKS, B. *Ain't I a woman: black women and feminism*. Boston, MA: South End Press, 1981.

_____. *Feminist theory from margin to center*. Chicago: South End Press, 1984.

MOHANTY, C. *Feminism without borders: decolonizing theory, practicing solidarity*. Durham: Duke University Press, 2001.

MOHANTY, S. The epistemic status of cultural identity: on beloved and the postcolonial condition. In: MOYA, P; HAMES-GARCÍA, M. *Reclaiming identity: realist theory and the predicament of postmodernism*. Berkeley: University of California Press, 2000.

MORAGA, C.; ANZALDÚA (Ed.). *This bridge called my back: writings by radical women of color*. Latham, NY: Kitchen Table Press, 1983.

MOYA, P; HAMES-GARCÍA, M. (Ed.). *Reclaiming identity: realist theory and the predicament of postmodernism*. Berkeley: University of California Press, 2000.

NASCIMENTO, A. do. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

OLIVEIRA, G. C. de; SANT'ANNA, W. Chega de saudade, a realidade é que... *Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, v.10, n. 1, p. 199-207, 2002.

RIBEIRO, M. Mulheres negras brasileiras: de Bertioga a Beijing. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 446-457, 1995.

ROLAND, E. O movimento de mulheres negras brasileiras: desafios e perspectivas. In: GUIMARÃES, A.S.A; HUNTLEARY, L. *Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SPRINGER, K. (Ed.). *Living for the revolution: black feminist organizations, 1968-1980*. Durham, NC: Duke University Press, 2005.

WALLACE, M. *Black macho and the myth of the superwoman*. New York: Dial Press, 1979.

WERNECK, J. O dia seguinte: a conferência mundial contra o racismo e suas consequências. *Revista Articulação de ONGs de Mulheres Negras Brasileiras*, [S.l.], n. 1, p. 10-13, maio 2003.

